



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

13 de maio 2015



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 13/05/2015
Assunto: Negociações		Página: 14

## DIÁRIO CATARINENSE

# Governo faz proposta e Sinte marca assembleia

**U**ma reunião entre o governo estadual e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte/SC) ontem buscou negociar garantias para o fim da greve dos professores em Santa Catarina, que já dura 50 dias. Membros do sindicato e representantes da Secretaria de Educação abriram a rodada de negociações às 9h20min, no Conselho Estadual de Educação, no Centro de Florianópolis.

As primeiras discussões se encerraram por volta das 13h, sem um acordo decisivo. Durante a tarde o cenário se repetiu, com o Sinte se reunindo com toda a direção para discutir as propostas

apresentadas pelo governo, mas ainda sem apresentar um posicionamento final. O sindicato exige a anistia das faltas dos professores desde 2012, já que o Decreto 3593/2010 prevê que faltas não permitem a progressão na carreira do magistério, e a alteração do decreto.

Já o governo disse que até aceita cancelar as faltas relacionadas à greve de 2012 e as demais poderiam ser discutidas posteriormente. Em relação ao Decreto, a Secretaria de Educação aceita rever o documento e discuti-lo nas próximas reuniões. O Sinte agendou assembleia estadual para as 14h de amanhã, no Centro de Eventos Petry, em Biguaçu, para avaliação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Notícias	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Conselho estadual de educação		<b>Página:</b> 14

### DIÁRIO CATARINENSE



EDUCAÇÃO

#### RENÚNCIA

O PROFESSOR GERSON JONNER SILVEIRA É O NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. ASSUMIU O CARGO COM A RENÚNCIA DO PROFESSOR MAURICIO FERNANDES PEREIRA, QUE PRATICOU O GESTO PARA HOMENAGEAR O VICE-PRESIDENTE DO COLEGIADO. A NOVA DIREÇÃO DO COLEGIADO SERÁ ELEITA NO FIM DO ANO.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 13/05/2015
Assunto: Fies		Página: 31

### DIÁRIO CATARINENSE

# Adiamento do prazo é suspenso

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Cândido Ribeiro, suspendeu ontem a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso que determinou a prorrogação do prazo de inscrição para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O desembargador disse que a decisão de prorrogar as inscrições invadiu competência do Poder Executivo, por entender que cabe ao Ministério da Educação (MEC)

definir as regras de financiamento. – Compete ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação definir as regras para sistematização das operações do fundo e estabelecer limites de crédito para fins de concessão de financiamentos com recursos do Fies – disse.

#### DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Cândido Ribeiro disse que cabe às instituições de ensino superior e aos estudantes respeitar os

regramentos estabelecidos pelo MEC, quanto aos requisitos para concessão do benefício, porquanto, frente à limitação orçamentária, os recursos disponíveis devem ser racionalmente distribuídos.

No dia 30 de abril, o juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho determinou que a União e o FNDE prorrogassem o prazo de inscrição, por tempo indeterminado, para os alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez e que corrigissem o funcionamento o sistema.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> Online



### Sinte relata resultado de reunião com o Governo

Está dependendo apenas de decisão do governo de conceder anistia aos professores punidos com decreto de 2010, com garantia de reposição de aulas, o fim da greve que se aproxima de dois meses. O Sinte já concordou em transferir para a comissão de negociação, por 30 dias, as reivindicações salariais e outras questões centrais do magistério. O governo dará uma resposta amanhã, quarta-feira.

O Sindicato emitiu nota com relato da reunião de hoje:

"Na Reunião realizada no dia 12 de Maio, a Comissão de Negociação do Governo, respondeu ao documento elaborado e assinado pelo Comando de Greve do SINTE, que foi entregue no dia 28 de abril. As respostas estavam contidas em forma de Minuta de Termo de Acordo, onde a mesma foi alterada durante a reunião e sua redação final será enviada pelo Governo ao SINTE no dia 13 de Maio.

SINTE - Que seja instituída uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias, para discutir o novo Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina, sem a implantação da política meritocrática e sem a retirada de direitos (a manutenção da regência de classe) a revisão da Lei Complementar da Lei 456/2009.

Que ao final do prazo seja apresentado um documento oficial conclusivo ao sindicato, com o resultado da mesa de negociação. Durante este período não deverá ser enviado nenhum projeto de lei para ALESC.

RESPOSTA DO GOVERNO: A Mesa de Negociação será composta por 6 membros do governo, um membro da Comissão de Educação da ALESC, 6 membros do SINTE e um membro da CNTE. O prazo da Mesa será de 30 dias e prorrogáveis por mais 15 dias. A pauta será o Novo Plano de Cargos e Salários e temas pertinentes a Carreira, os 13,01% para todos da carreira, além do LC 456/2009 (Lei dos ACTs).

SINTE - Que sejam anistiadas todas as faltas de 2012 a 2015.

RESPOSTA DO GOVERNO: Será enviado um PL à ALESC, anistiando as faltas da greve de 2012, no prazo de 10 dias a contar da data da primeira Reunião da Mesa. As faltas de mobilização de 2013 e de 2014 serão discutidas na primeira



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Reunião da Mesa. As faltas desta greve serão abonadas mediante calendário de reposição discutido na escola, encaminhado a GERED e homologado pela SED. A restituição dos descontos dar-se-á à medida que as aulas forem efetivamente repostas.

SINTE – Que seja revogado o decreto 3593/2010.

RESPOSTA DO GOVERNO: Será providenciada a alteração da redação do § 3º do art 3º do Decreto referido no inciso III da cláusula anterior a fim de garantir a progressão do membro do Magistério Público Estadual que tiver até 1 falta injustificada por ano, durante o período aquisitivo

SINTE- Que seja efetuado o pagamento do reajuste de 13,01%, na carreira, retroativo a 01/2015.

RESPOSTA DO GOVERNO: Será discutido na Mesa de Negociação com o Novo Plano de Carreira.

Além disso, foi cobrado do Governo a resposta ao documento enviado sobre a Suspensão dos Processos Administrativos contra os/as trabalhadores/as, a Não retirada de direitos e a Não contratação dos ACTs como horistas.

Comissão de Negociação: Luiz Carlos Vieira, Alveté Pasin Bedin, Carlos Alberto Lopes Figueiredo, Sandro Luiz Cifuentes, Marcelo Batista Serafim dos Santos e Janete Jane da Silva”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Repasses		<b>Página:</b> Online

DE JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL - N. 1.234 - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Não faltam recursos para custeio, diz ministro sobre repasse para federais**

O ministro da Educação, Renato Janine, afirmou nesta terça-feira (12) que a pasta está em dia com os repasses para as universidades federais e disse "estranhar" o caso da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde as aulas foram interrompidas por falta de pagamento de funcionários de limpeza e segurança.

"Não sei dizer por que chegou [a essa situação]. Por isso mesmo estranhamos muito as notícias", disse o ministro após participar de encontro com a Andifes (associação de reitores das federais).

Até abril, segundo o ministro, foram repassados R\$ 1,5 bilhão para as universidades federais, para pagamento de despesas com custeio. A UFRJ recebeu cerca de R\$ 80 milhões. "Não está faltando custeio. (...) Obviamente, enxugando eventuais excessos, os valores serão repassados", disse Janine.

Em janeiro e fevereiro, o MEC reduziu o repasse para as instituições, motivado pelo bloqueio de recursos do orçamento de toda a Esplanada. A partir de março, a verba foi regularidade, destacou o ministro. "De fato, [a redução dos valores] nos dois primeiros meses do ano deixou problemas. Mas desde que isso se normalizou, os problemas estão reduzindo", disse.

O reitor da UFSCar e presidente da Andifes, Targino de Araújo, também mostrou otimismo: "Hoje o ministro nos tranquilizou, [dizendo] que não haverá cortes no custeio".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO BRASIL - 1958 - Nº. 11027814/0001/15

# FOLHA DE S. PAULO

## 178 mil estudantes ficaram de fora do Fies, diz governo federal

Cerca de 178 mil estudantes iniciaram o pedido de crédito do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) neste ano, mas não tiveram o processo concluído. O número foi apresentado pelo MEC (Ministério da Educação) à Justiça Federal, que derrubou, nesta terça-feira (12), liminares que prorrogavam o prazo de inscrições no programa federal, inicialmente previsto para 30 de abril.

Na semana passada, o ministro Renato Janine (Educação) já havia informado que a pasta chegou ao limite orçamentário disponível (R\$ 2,5 bilhões) e, por isso, prorrogar a data teria efeito inócuo.

"[Esse grupo] poderia gerar impacto orçamentário e financeiro da ordem de R\$ 7,2 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão somente em 2015, se considerados o valor médio das semestralidades financiadas pelo Fies e a quantidade estimada de 178 mil estudantes que iniciaram o cadastro no sistema e não concluíram a inscrição até 30 de abril", diz trecho de nota técnica apresentada pelo ministério.

Editoria de Arte/Folhapress

Ao se posicionar na Justiça, o MEC indicou ainda que não haverá a abertura do sistema no segundo semestre. Isso porque a pasta informou ao desembargador federal Cândido Ribeiro que "reservou dotação orçamentária para expandir o Programa [em 2015] em número equivalente a 1/3 dos contratos de financiamentos formalizados no ano anterior".

No ano de 2014, foram firmados 731.723 novos contratos —os contratos firmados no primeiro semestre de 2015 correspondem a 34,5% desse total (252.442). O ministro Janine já afirmou que ainda não é possível prever se haverá abertura de mais vagas no segundo semestre, como ocorre tradicionalmente.

A data limite de 30 de abril se refere a novos contratos —financiamentos já em vigor podem ser prorrogados até o final deste mês. Na prática, no entanto, as liminares não tiveram efeito: desde o momento em que foram concedidas, o sistema não foi reaberto.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Com efeito, compete ao FNDE definir as regras para sistematização das operações do Fundo e estabelecer limites de crédito para fins de concessão de financiamentos com recursos do Fies, cabendo às instituições de ensino superior e aos estudantes respeitar os regramentos estabelecidos pelo MEC", diz trecho da decisão do desembargador.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Justiça Federal derruba liminares que mandavam reabrir inscrição do Fies**

*Decisão é Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.  
Liminares tinham decidido que MEC tinha que aceitar novos inscritos.*

A Justiça Federal derrubou duas decisões liminares que obrigavam o Ministério da Educação (MEC) a reabrir inscrições para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A sentença é do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Entretanto, apesar da decisão, nada muda na prática, já que o ministério mantinha as inscrições fechadas. O MEC havia informado que não tinha verba para novos contratos e que avalia se eles serão abertos no segundo semestre



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 13/05/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Professores estaduais em greve e Governo de SC voltam a negociar**

*Houve acordo em alguns pontos discutidos e discórdia em outros.  
Proposta do governo será apresentada em assembleia do sindicato*

Professores estaduais em greve e o Governo de Santa Catarina realizaram uma nova mesa de negociações nesta terça-feira (12). Houve acordo em alguns pontos e discórdia em outros, segundo as duas instituições. A proposta apresentada pelo governo durante o período da manhã será discutida em assembleia do sindicato dos professores.

A greve começou no dia 24 de março, mas as manifestações se iniciaram um mês antes. A principal reivindicação é o plano de carreira da categoria.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), foram discutidas questões como a pauta de reivindicação, faltas, reposição das aulas, plano de carreira e restituição dos valores descontados.

A reunião teve participação do coordenador de Negociação do Governo, Décio Vargas, representantes da Secretaria de Estado da Educação, do Sinte, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e da Comissão de Educação da Alesc.

“A negociação é complexa e temos pontos importantes que precisam evoluir ao longo do processo”, explica o secretário da educação, Eduardo Deschamps.

Na quinta (14), a proposta apresentada pelo governo será discutida em assembleia da categoria. O Governo de SC informou que irá entregar um documento para ser analisado pelo Sindicato durante a assembleia. Até a noite desta terça, o sindicato não havia recebido a minuta com o que foi conversado na reunião.

#### Ocupação

Por enquanto, os professores continuam em greve, segundo o Sinte-SC. O Sindicato informou que cerca de 45 deles seguem acampados no saguão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e outros 35, em frente à Secretaria de Estado da Educação. Os dois locais ficam no centro da capital.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desde o dia 28 de abril, professores estaduais voltaram a ocupar a Alesc, em protesto. No início de abril, os grevistas fizeram o mesmo tipo de protesto. Eles dormiram no saguão da assembleia nas noites dos dias 7 e 8 de abril e saíram no dia 9, quando o governo anunciou a revogação da Medida Provisória 198/2015, que foi revogada. Ela alterava a forma de pagamento dos professores temporários.